



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR

Maio de 2011

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

A QUESTÃO DA FRONTEIRA DAS METRÓPOLES E A REORGANIZAÇÃO REGIONAL EM SEU ENTORNO: REFLEXÕES A RESPEITO DE MUDANÇAS DO PARADIGMA DA URBANIZAÇÃO

Rainer Randolph (UFRJ) - rainer.randolph@gmail.com

Prof. Titular, Pesquisador I do CNPq, Coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional da CAPES

A Questão da Fronteira das Metrôpoles e a Reorganização Regional em seu Entorno: Reflexões a Respeito de Mudanças do Paradigma da Urbanização

Caminhos e perspectivas

Já tentamos, há algum tempo, interpretar determinados fenômenos específicos de transformações urbanas e regionais em torno de metrôpoles como sinais do advento de uma nova sociedade: perguntamo-nos se surge, afinal, a “*sociedade urbana*” com a explosão/implosão, como dizia Lefebvre, das grandes cidades contemporâneas (LEFEBVRE 1999) (vide por exemplo em RANDOLPH 2005, RANDOLPH, GOMES, 2007 a,b,c,d, RANDOLPH, LOPES 2006, RANDOLPH, ARAÚJO, OTONI 2008). Esse conceito de Lefebvre não se confunde com aquele da “*sociedade urbana*” preconizada por PEREIRA DE QUEIROZ 1978 na sua abordagem da trajetória da sociedade tribal à sociedade urbana.

Originalmente, essa abordagem tinha sido influenciado pela hipótese de que a difusão das novas tecnologias de informação e comunicação em economia, administração, educação, cotidiano etc. iam contribuir significativamente para a crise das cidades e que essa culminaria finalmente numa superação – e não na mera negação - da atual expressão do urbano nas cidades (industriais). Semelhante ao que se observou nas cidades do ocidente em momentos históricos anteriores, surgiria uma nova expressão que não extingue simplesmente as expressões históricas anteriores, mas as submete ao predomínio de uma nova forma espacial urbana. Essa nova forma tornar-se-ia hegemônica na configuração da totalidade espacial da sociedade como aconteceu por ocasião do advento da cidade industrial que não extinguiu, muito menos ainda em países fora dos “centros metropolitanos” do mundo, a cidade mercantil e essa não a cidade política; uma periodização utilizada por Lefebvre (1999) para analisar a trajetória ocidental do urbano desde a polis grega até as cidades contemporâneas.

Ao adotar essa perspectiva da “generalização da urbanização” no sentido lefebvriano (vide LEFEBVRE 1999) descarta-se outras abordagens - como a da sociedade de trabalho, sociedade de comunicação, sociedade pós-moderna, sociedade da informação (ou conhecimento) etc. - que permitiriam apenas o reconhecimento, entendimento e compreensão de partes limitadas da (nova) realidade; de certos aspectos com maior e menor importância para a compreensão da totalidade da sociedade urbana e, em particular, do potencial de seu advento e da dinâmica das suas transformações. Ao mesmo tempo, no caminho contrário do raciocínio, buscou-se mostrar como a perspectiva da sociedade urbana também pode contribuir para a compreensão das manifestações específicas que

podem ser concretamente observadas em torno das metrópoles (para o caso do Rio de Janeiro, vide RANDOLPH, GOMES 2007 a,b,c,d).

Para se compreender a reorganização do espaço – seja urbano, seja regional – em torno das metrópoles é necessário manter esse procedimento de “mão dupla” da seguinte forma (vide também RANDOLPH 2010b):

Se falamos antes em uma “totalidade” de transformações ou expressões do espaço e da sociedade, essa não deve ser compreendida num sentido totalitário; pois, obviamente, as mudanças acontecem em contextos históricos e territoriais diversos nas diferentes partes do mundo e assumem, portanto, feições diferentes que apontam para particularidades distintas dessa sociedade urbano em cada uma das partes.

Por isto, uma compreensão de uma relação dialética entre singular e universal pode melhor “explicar” a realidade e sua dinâmica onde o particular entra como “mediação” (entre universal e singular). Nem por isto, pode se falar de uma fragmentação das possíveis características “universais” (não globais) dessa nova sociedade. As diferentes singularidades da sua expressão nos determinados contextos histórico-territoriais constituem, dialeticamente – isto é numa forma contraditória ou dinamicamente articulada -, essa universalidade e se revelam, assim que essa universalidade aparece, como particularidades desse universal. Em outras palavras, não há uma totalidade anterior às expressões singulares da nova qualidade de cidades e regiões – que deixam de ser industriais -, mas esse universal é composto por esse conjunto de singularidades que, ao mesmo tempo, se tornam expressões particulares de uma totalidade em construção.

A reflexão sobre as fronteiras metropolitanas e de seu deslocamentos num processo de sua expansão que serão objeto do presente trabalho precisa ser realizada dentro desse horizonte. Pode-se dizer que se procura discutir certas formas de investigação que prometem permitir uma aproximação ao universal a partir do estudo de realidades “específicas” (município, região, determinados fenômenos que apontam para transformações), a fim de reconhecer nelas certas particularidades. Há, portanto, a necessidade de uma permanente “vigilância epistemológica e metodológica” para evitar tanto de produzir totalidades que não encontram respaldo em realidades sociais específicas e concretas, como ficar preso ao nível das especificidades e se perder em pseudo-concretudes que por si só não permitirão a elaboração de argumentos mais genéricos (uma expressão desse procedimentos pode ser encontrado, para o caso da metrópole do Rio de Janeiro nos trabalhos RANDOLPH, ARAÚJO, OTONI 2008 e RANDOLPH 2010a).

Mais especificamente, essa perspectiva dialética da reorganização do espaço – na verdade, da construção social do espaço – distancia-se da identificação fácil e precipitada dos

fenômenos envolvidos nestes processos de transformação. Questina-se o sentido de usar como “medida” de urbanização uma apenas aparente expressão do aumento da população urbana através do cálculo de um coeficiente entre essa população e a total em diferentes países que acabou dando origem a manchetes há pouco tempo atrás no momento em que a parcela da população mundial que mora em cidades acabou de ultrapassar aquela que mora no campo. O presente trabalho insere-se numa série de outros cuja atenção e práticas de investigação foram dirigidas aos já mencionados processos de produção social do espaço e de reprodução da sociedade. Sem querer aqui problematizar a atual “crise da metrópole”, ela é o pano de fundo de um busca por formas qualitativamente diferentes de urbanização e regionalização no seu entorno. É sobre essa *busca* que estamos refletindo no atual ensaio.

Formação das metrópoles – uma breve retrospectiva

Tanto os próprios fenômenos da formação e expansão de grandes cidades e mesmo das transformações das regiões no seu entorno, quanto as investigações que procuram compreender esses fenômenos já têm uma história longa. Nos EUA a necessidade de estudar junto com as grandes cidades suas áreas suburbanas foi reconhecida já desde a década de 1910 (no censo de 1910); outros exemplos são investigações sobre Berlim e Montreal.

Desde aqueles anos, e especialmente a a partir de 1930 e 1940, as investigações voltaram-se também às transformações das áreas periurbanas, cujo crescimento, nos EUA, já era maior naquela época do que no na cidade que conformaram seu centro. Foram introduzidos termos diversos que se referiam geralmente a uma mesma realidade:

- áreas suburbanas,
- extrarradio, *banlieux*,
- *Suburbs*,
- *Urban Fringe*

Com diferenciações entre países e continentes, essa “metropolização” pode ser vista, em termos globais, como uma das características mais importantes do processo de urbanização como afirma Capel (2002). Em escala continental ou escala de países, caracteriza-se, originalmente, pela concentração da população, da economia sob domínio cada vez maior do setor terciário - em detrimento ao secundário - e de infra-estruturas. O ponto de partida dessa forma específica da urbanização foram áreas urbanas já existentes que foram reforçados num processo circular e cumulativo de crescimento e ampliação. Ao mesmo tempo em que a metropolização expressa os processos mais dinâmicos da urbanização, suscita os mais agudos e profundos tremores na medida em que é nessas áreas onde se

encontram as agudas contradições sociais, econômicas, políticas e culturais de uma sociedade. E, até hoje, esse processo segue seu curso – se bem com características que mudam com o tempo.

Como mencionado acima, o movimento de concentração de populações, oportunidades e atividades logo se viu acompanhado por um processo de dispersão. Manifesta-se, conforme aponta Capel (2002), na escala intra-metropolitana enquanto redefinição de “centralidades”, como deslocamentos de populações e atividades econômicas (comércio, serviços) dos núcleos para as periferias e, em geral, no “espraçamento” urbano (urban sprawl) cujo efeito é o surgimento de múltiplos polos (policentrismo) ao lado do núcleo principal da região.

Esses processos de uma certa difusão e dispersão têm diferentes origens que dizem respeito à valorização da terra em áreas centrais e a consequente necessidade de determinados segmentos sociais se deslocarem, ao aumento da mobilidade por causa de melhorias da infra-estrutura, à busca por uma melhor qualidade de vida e segurança inclusive etc.. Capel fala de *novas* metrópoles e uma *nova* etapa de urbanização que se caracterizam pelos seguintes elementos:

- urban sprawl ou cidade difusa;
- cidade dispersa; cidade – região; cidade sem limites ou cidade ilimitada; cidade das cem milhas (100 Miles City);
- megacidade; hipercidade, metápolis;
- confundindo-se, em algum momento, com uma realidade urbana onde se juntam várias cidades: megalópolis, galaxias metropolitanas, arquipélagos urbanos etc.

É na década de 1960 que se dá um significativo aumento da extensão especialmente das metrópoles nos EUA cuja razão Brian Berry viu num abandono à cidade e que chamou de “contra-urbanização” (vide a discussão em RANDOLPH 2005). Conforme assinala Capel, este autor reconheceu que a escala e o padrão do crescimento urbano estão sendo transformados continuamente e com crescente rapidez. Num livro publicado em 1976 *La rurbanisation ou la ville éparpillée* os autores G. Bauer e J. M. Roux (citado em CAPEL 2002) criam o termo da “rurbanização” que procura expressar o surgimento de novas relação entre campo e cidade (ou entre o urbano e o rural) dentro e fora das grandes áreas urbanas. Disto se deriva que há a necessidade encontrar expressões novas para caracterizar essa nova realidade urbana que incluem a urbanização poli-cêntrica.

Expansão das metrópoles – uma nova fase de metropolização?

È nessa nova fase de expansão das metrópoles a partir da década de 1980 que surgem novas preocupações com as transformações nas grandes cidades e regiões metropolitanas

tanto no mundo inteiro como na América Latina. Surgiu, inclusive, uma extensa bibliografia e discussão a esse respeito. Observa-se, mais recentemente, além de uma retomada do interesse nesse objeto, a multiplicação tanto de estudos a respeito dos mais diversos aspectos da dinâmica metropolitana como também de reflexões sobre abordagens teóricas e metodológicas.

Nota-se, tendencialmente, uma separação entre duas abordagens distintas entre as quais não parecer haver um diálogo significativo e sistemático:

(i) uma voltada à compreensão das modificações internas – entre centro e periferia, por exemplo – que ocorrem dentro de regiões metropolitanas que podem até ser determinadas por fatores e determinações externas (globalização, reestruturação econômica etc.) e se projetar para fora da própria metrópole, submetendo, em princípio, outras áreas e regiões ao domínio da sua lógica; e

(ii) uma outra que estuda mudanças (regionais) em áreas não-metropolitanas e cidades de porte médio em certa distância às metrópoles sem considerar, significativamente, possíveis influências mútuas entre esses lugares e as metrópoles.

Essa certa dicotomia de abordagens pode ser complementada por uma outra separação em duas perspectivas a respeito dos processos de “projeção” das metrópoles na sua expansão para fora de sua região:

(i) há aqueles que compreendem as transformações mais recentes nas periferias mais distantes das regiões metropolitanas na América Latina ou em áreas fora delas – que nós chamamos de peri-metropolitanos - como mera extensão, basicamente, da dinâmica metropolitana para áreas cada vez mais distantes e extensas no seu entorno. Isto é, essa expansão da hegemonia da metrópole tende a reproduzir e ampliar sua lógica avançando, neste sentido, sua fronteira para áreas cada vez mais distantes do núcleo..

Essa então “franja” da área metropolitana que se encontra, geograficamente, em sua vizinhança imediata seria a primeira a ser incorporada onde se reproduz meramente a lógica metropolitana. Mas, não termina aqui: essa tendência de “metropolização” pode se estender até as áreas mais distantes de um país. Aí, em princípio, todo o território torna-se “metropolitano” com diferenças que são apenas graduais.

(ii) Entretanto, há outros autores que suspeitam – e nos compartilhamos essas suspeitas - que a aparente expansão da metrópole significa o esgotamento de um determinado modo de urbanização (“metropolitana”) e o advento de formas diferentes exatamente nas suas proximidades que geram novas oportunidades de articulação regional de municípios que ultrapassa a tradicional mediação metropolitana no âmbito da rede urbana podendo dar

origem a lugares relativamente independentes da metrópole. Um exemplo dessa perspectiva expressa Hrabchak da seguinte maneira: “The processes and repercussions of growth in the fringe are fundamental to understanding the low-density metropolitan growth many refer to as sprawl, including whether it is now taking on a new form: whether ‘the rural-urban fringe will mutate into suburbia as we know it’, with suburbs absorbing exurbs and replacing rural landscape, or whether current trends of development in the fringe indicate a new metropolitan form (Audirac 1999)” (HRABCHAK, 2005, 31).

Ou seja, é possível que nessas áreas relativamente próximas à metrópole haja certas tendências de “resistência”, “insubordinação” ou até “insurgência” à lógica dominante metropolitana que poderiam, algum dia, ter conseqüências para a própria região metropolitana.

Parece-nos necessário e urgente, portanto, que sejam problematizados esses diferentes processos, abordagens e perspectivas (inclusive metodológicas) e com eles as escalas e focos de análises aos quais são associados. O presente trabalho pretende apresentar uma reflexão neste sentido: será que essa proximidade não pode ser um elemento importante para que algo de “novo” – ou “diferente” - surja que pode ser uma semente para uma organização territorial diferente daquela atual baseada na subordinação do território às metrópoles em diferentes escalas? Uma semente, então, para a transformação da “sociedade industrial” em sociedade urbana?

Zonas de transição, exópolis e exurbia

Inicialmente – a título de ampliação da problematização –, faremos referência a alguns estudos que estão tematizando termos cuja discussão parece crucial para se avançar na reflexão sobre a temático do presente trabalho.

Para denominar essas “zonas de transição” entre o metropolitano (a metrópole) e não-metropolitano (seu entorno, geralmente) encontram-se na bibliografia os mais distintos termos. Pode-se falar da “margem” ou da “franja” metropolitana com áreas peri-urbanas ou peri-metropolitanas e de outras expressões mais. Na bibliografia anglo-saxona fala-se de “border”, “edge”, “rural-urban fringe” (RUF) ou mesmo “urban” ou “metropolitan fringe”; a questão das “edge cities” aponta numa direção parecida. E há, já há bastante tempo, o uso do termo “exopole” ou “exurbia” que caracteriza áreas localizadas além dos limites dos subúrbios de metrópoles.

Um levantamento abrangente e vasto acerca da bibliografia sobre processos de urbanização e metropolização encontra-se no livro “*Postmetropolis*” (SOJA 2000). Soja realizou uma

investigação dos principais programas de pesquisas e grupos de estudiosos das recentes transformações das metrópoles no mundo sob condições da globalização, reestruturação econômica, flexibilização, consolidação de redes mundiais etc.. Na TABELA 1 abaixo apresentamos uma síntese desse extenso levantamento que demonstra a importância e relevância da questão.

Como se vê, Soja (2000) encontrou basicamente seis distintas abordagens conceituais e recortes analíticos que se tornaram os focos de determinados *clusters* internacionais de pesquisas. No esquema acima caracterizamos brevemente estes clusters. Não é aqui o lugar para aprofundar essa discussão.

Apenas vale mencionar, em relação às nossas preocupações com a franja ou margem das regiões metropolitanas dentro do contexto de diferentes conceituações das suas mudanças contemporâneas, a possibilidade de nos encontrarmos respaldo nos autores vinculados àquela abordagem chamada de “exópolis” na qual o foco está voltado para a reestruturação (também regional) da forma urbana ao nível *espacial*, a descentralização e re-centralização do espaço urbano que revira a metrópole de dentro para fora e de fora para dentro, desafiando definições convencionais do urbano, suburbano, extraurbano, non-urbano e rural. De fato, nas nossas investigações realizadas nos projetos precedentes à atual proposta começou-se a questionar exatamente as escalas locais, metropolitanas e regionais para conseguir melhor captar os fenômenos e tentar entendê-los.

TABELA 1 - *POSTMETROPOLIS* - Sistematização de Edward SOJA

Denominação da Vertente	Abordagem	Principais Características
Metrópole industrial pós-fordista (Tecnópolis)	perspectivas mais influentes para explicar as causas dos novos processos de urbanização	reestruturação da economia geopolítica de urbanização e a emergência de metrópole em moldes flexíveis (p.154)
Cosmópolis		ênfase da explicação dada à globalização e localização de capital, trabalho e cultura e à formação de uma nova hierarquia de cidades globais ou mundiais; espaços urbanos extremamente heterogêneos (p.154)
Exópolis	abordagens focando os resultados ou consequências urbanas da globalização e reestruturação econômica pós-fordista	observa a reestruturação (também regional) da forma urbana ao nível <i>espacial</i> , a descentralização e re-centralização do espaço urbano que revira a metrópole de dentro para fora e de fora para dentro, desafiando definições convencionais do urbano, suburbano, extraurbano, non-urbano e rural (p.154) <i>Bibliografia:</i> Garreau (“edge city”); Teaford, Fishman, Jackson, Kelly (“post-suburbia”); Bloch (“metropolis inverted”); Meltzer (“metroplex”); Katz, Fulton (“new urbanism”); Herington (“outer city”)

		(pp. 233-263) (vide Bibliografia)
Cidade fractal		dirige sua atenção ao mosaico <i>social</i> reestruturado e a emergência de novas formas de <i>metropolaridade</i> , desigualdade, marginalização étnica e racial no meio de uma riqueza extraordinária (p.155)
Arquipélago de carcerário	perspectivas voltadas para questões da gerência da sobrevivência da pós-metrópole	descreve espaços fortificados com sistemas sofisticadas de vigilância e tecnologias que respondem a uma “ecologia do medo” na medida em que substituem cada vez mais “polis” por “polícia” (p.155)
Simcities		a pós-metrópole compreendida como aglomeração de <i>simcities</i> onde o imaginário urbano é reestruturado tanto em manifestações eletrônicas como materiais de um ciberespaço o que aumento aquilo que pode ser chamado de <i>hiperrealidade da vida cotidiana</i> ; a vida urbana é crescentemente realizada como um jogo de computador o que confunde as fronteiras entre mundos reais e imaginados (p.155)

Fonte: Soja, E. (2000)

Uma outra, mais recente sistematização do debate sobre o termo “exurbia” é apresentada por BERUBE et alii (2006) onde são contempladas características empíricas e descritivas do fenômeno.

Com referências bibliográficas distintas daqueles apresentadas por Soja, na seguinte TABELA 2 encontramos os autores, os conceitos aos quais se referem, a unidade geográfica apontada e elementos que caracterizam para cada autor uma exurbia.

TABELA 2 – **Estudos que definem “EXURBIA” e conceitos relacionados**

Study (by year)	Concept measured	Geographic Unit	Description
Spectorsky (1955)	Exurbanites	Counties and places in NY metro area	Outer edges of the NYC commuter shed: Fairfield County, CT; Rockland County, NY; Bucks County, PA
Lamb (1983)	Exurban sprawl	Counties and places	Within 50 miles of urbanized area (UA) > 250k people; growth rate > 5% in 1960s; outside UA in 1970
Blumenfeld (1986)	Metropolitan fringe	Counties	Outside Standard Metropolitan Statistical Area (SMSA) but: (a) within 70 miles of large SMSA (> 2M people) central city; or (b) within 50 miles of mid-sized SMSA (500k to 2M people) central city
Lessinger (1987)	Penturbia	Counties	Below-average population growth 1950–1970; far above average growth 1970–1985
Nelson (1992)	Exurbs	Counties	Within 50 miles of central city boundary in mid-sized Metropolitan Statistical Area (MSA) (500k to 2M people); within 70 miles in large MSA (> 2M people); not central county or otherwise in metro area in 1960

Davis and Nelson (1994)	Exurban movers	Block groups and places, Portland and Salem, OR MSAs	Recent movers to portions of Portland and Salem, OR MSAs located outside urban growth boundary; at least 10% commuting to MSA
Nelson and Sanchez (1997)	Exurban population	Households in American	Recent movers to parts of metropolitan areas outside UA
Theobald (2001)	Exurban areas	Housing Survey, 22 metro areas	Housing density of 10–40 acres per unit
Irwin and Reece (2002)	Exurban areas	Block groups	Housing density between 5 and 40 acres per unit
Beale and Kassel (2005)	Exurbs	Block groups in Ohio Census tracts	Population density < 500 people per square mile; scores on 4 population characteristics: % of adults with college degrees; % employed in arts, entertainment, recreation, information industries; median household income; average commute time
Lessinger (1987)	Penturbia	Counties	Below-average population growth 1950–1970; far above average growth 1970–1985
Nelson (1992)	Exurbs	Counties	Within 50 miles of central city boundary in mid-sized Metropolitan Statistical Area (MSA) (500k to 2M people); within 70 miles in large MSA (> 2M people); not central county or otherwise in metro area in 1960
Davis and Nelson (1994)	Exurban movers	Block groups and places, Portland and Salem, OR MSAs	Recent movers to portions of Portland and Salem, OR MSAs located outside urban growth boundary; at least 10% commuting to MSA
Nelson and Sanchez (1997)	Exurban population	Households in American	Recent movers to parts of metropolitan areas outside UA
Theobald (2001)	Exurban areas	Housing Survey, 22 metro areas	Housing density of 10–40 acres per unit
Irwin and Reece (2002)	Exurban areas	Block groups	Housing density between 5 and 40 acres per unit
Beale and Kassel (2005)	Exurbs	Block groups in Ohio Census tracts	Population density < 500 people per square mile; scores on 4 population characteristics: % of adults with college degrees; % employed in arts, entertainment, recreation, information industries; median household income; average commute time
Lessinger (1987)	Penturbia	Counties	Below-average population growth 1950–1970; far above average growth 1970–1985
Nelson (1992)	Exurbs	Counties	Within 50 miles of central city boundary in mid-sized Metropolitan Statistical Area (MSA) (500k to 2M people); within 70 miles in large MSA (> 2M people); not central county or otherwise in metro area in 1960

Fonte: Berube et alii 2006, p. 4 (*Source: Brookings Institution analysis*)

As fontes bibliográficas indicadas encontram-se na bibliografia

Nesta TABELA 2 aparecem como esses elementos definidores a questão da pendularidade (“commuting”), a distância com áreas urbanizadas ou mesmo o núcleo metropolitano, a densidade da ocupação e características do habitantes da exúrbia (crescimento populacional).

Tanto exúrbia e as áreas “exurbanas” como exópolis remetem ao questionamento da própria estruturação interna da região metropolitana e levantam a dúvida em relação à sua delimitação. Alguns autores dos Estados Unidos propõem que a tradicional diferenciação entre núcleo e periferia (subúrbio) seja substituída por uma visão mais diferenciada com uma área urbana no centro, cercada por uma área interna suburbana (inner suburb), seguida por uma área externa suburbana (outer suburb) e, finalmente, a área exurbana. Há ainda um debate se essas últimas áreas seriam mesmo “exurbs” verdadeiros (true) ou apenas áreas suburbanas emergentes (emerging suburbs) em distâncias maiores da área urbana. Encontramos aqui aquela dúvida referente à natureza da expansão metropolitana: é meramente uma expressão de um processo continuado de sub-urbanização ou surge algo que não é uma mera extensão da lógica originária.

Alguns falam nesse caso de um encontro entre a cidade e a paisagem do campo, não urbanizada (“countryside”); Daniels (1998), falou até da “colisão” nessa área entre cidade e campo (country) em seu livro com a título: “When city and country collide. Managing growth in the metropolitan fringe”.

Fronteiras e suas trajetórias

Desse breve debate podemos concluir que a própria estruturação e delimitação das regiões metropolitanas estão em jogo; pergunta-se no presente trabalho pela “fronteira” dessa região e sua possível (ou não) expansão (ou “implosão”). Fronteira que é *externa* na medida em que separa, relaciona e torna dinâmico um “dentro” em relação a um “fora” (e vice verso); mas que também pode ser *interna* porque diz respeito às mudanças numa região cujas mudanças internas podem provocar transformações no seu entorno.

Como diz Torres (2004) essa categoria da fronteira tem uma longa trajetória tanto no Brasil como no exterior. Quando se refere a fenômenos históricos, diz respeito, no Brasil, à ocupação de áreas do Paraná e da Amazônia nas décadas de 1940 e 1970. Em termos mais conceituais a categoria designa para as ciências sociais uma ocupação demográfica de uma dada região e sua integração a um mercado nacional.

Tanto a expressão da “fronteira agrícola” como a da “fronteira urbana” (ou mesmo metropolitana) também não são inéditas nas ciências sociais e especialmente no planejamento urbano conforme argumenta Torres (2004) – aqui em relação à urbana:

“A categoria já estava presente no clássico de Richard Wade, *The Rise of Western Cities 1790-1830*, que já no século XIX refletia a respeito do processo de ocupação do oeste americano, fortemente baseado na formação da rede urbana que servia como suporte ao

processo. Mais recentemente, a categoria foi reapropriada nos Estados Unidos por autores como Smith (1996), tentando refletir a respeito das transformações contemporâneas das cidades norte-americanas, particularmente sobre o processo de revalorização imobiliária dos centros urbanos.

O autor chama atenção pelo fato que o termo da fronteira urbana está presente também no debate brasileiro onde está expresso particularmente no trabalho de Monte-Mór (2003) que trabalha com a categoria de urbanização extensiva. Monte-Mór refere-se à penetração crescente do “tecido urbano” no território nacional através de diferentes processos complementares: da consolidação da rede de cidades; da conurbação das regiões metropolitanas e aglomerados urbanos; ou mesmo do espraiamento de equipamentos urbanos como estradas e escolas.

Especialmente neste âmbito urbano a associação com fronteira, periferia e pobreza é crescentemente relativizada seja devido ao crescimento de condomínios de luxo nas bordas de várias metrópoles (CALDEIRA, 2000), seja porque a periferia parece estar se tornando cada vez mais heterogênea socialmente (MARQUES, BITAR, 2002). Assim, como já mencionado antes, as “fronteiras” podem ser também internas quando há algum “avanço” de processo de transformação no interior das regiões metropolitanas.

Na sua abordagem das fronteiras, Torres apresenta uma sistematização de suas características. Para a reflexão aqui apresentada sobre a expansão metropolitana e suas fronteiras, podem ser considerados relevantes as seguintes possíveis propriedades: a fronteira parece funcionar como uma “válvula de escape”, o lugar de concentração daqueles que não tem lugar nem em áreas urbanas consolidadas, nem em áreas rurais tradicionais (VELHO, 1976); ou ela é objeto de importantes conflitos sobre a posse da terra urbana (loteamentos clandestinos, favelas) ou rural; ou mesmo apresenta intensos conflitos ambientais relativos a ocupação de áreas florestais e de mananciais.

Torres mesmo utiliza a categoria fronteira urbana para distinguir esta região (fronteira) de outras áreas urbanas com alta concentração de pobres.

Assim, no nosso caso dos processos diferenciados de “expansão” ou “extensão” metropolitana, a expressão fronteira pode servir, inicialmente, – como o faz também Torres (2004) – como uma metáfora que permite estabelecer certos paralelos entre outras “fronteiras” na história brasileira que mudaram para sempre a “cara” do nosso país. Assim, a “fronteira metropolitana” é vista, por nos, como um “lugar” no centro de transformações que pode modificar profundamente a sociedade brasileira. A “fronteira” não separa, mas gera “interfaces” (entre o “dentro” e o “fora” que não precisam ser necessariamente diferentes em termos geográficos) onde se encontram diferentes processos e lógicas. É essa a

compreensão que está na base da presente reflexão.

Da interface entre metropolitano e não-metropolitano à transformação do espaço (regional) nas áreas peri-metropolitanas

As referências anteriores a reflexões e experiências em outros países parecem nos úteis para os estudos de fenômenos brasileiros apesar da impossibilidade de comparar a realidade norte-americana dos subúrbios e de suas articulações com o núcleo metropolitano ao Brasil; os levantamentos e a reflexão dos colegas que se debruçaram sobre essa situação podem servir, ao menos, como incentivo e estímulo para uma reflexão sobre as condições brasileiras.

No caso das metrópoles brasileiras, os anéis de expansão que partiram do núcleo têm características radicalmente diferentes dos subúrbios norte-americanos. Nem por isto – se bem em outro sentido – pode-se concordar com autores norte-americanos quando afirmam que a franja metropolitana não foi suficientemente estudada (HRABCHAK, 2005, 24s):

“The fringe is understudied. This is partly a result of divisions within the academic community: as Audirac (1999) notes, ... ‘The [fringe] is too urban to attract traditional rural researchers and too rural to incite urban scholarly inquiry’ (p.7). In other words, the rural/urban divide is not descriptive enough to explain the development occurring in the wide middle where the two meet. The same divide may exist within the realm of planning: Evans and Mabbitt (1997) argue that ‘there is a tendency towards a conceptual separation of town and countryside’ and that ‘studies of the nature of the urban fringe have tended to view the urban area it surrounds in the abstract – as an economic and social model with no physical characteristics of its own’ (p. 57). Audirac (1999) also suggests that the fringe has received less than its share of attention as a result of ‘simplistic notions of sprawl that reify and obscure, rather illuminate, the complexity of economic and sociospatial forces shaping the edge’ (p.7) Indeed, ‘sprawl’ the consequences of which drive much of the practical and academic interest in the fringe, is itself an underdeveloped and ill-defined concept (Galster et al. 2001) ...”

Outros autores entendem essas mudanças como uma substituição do sistema urbano e da hierarquia urbana tradicionais por novas articulações entre escalas territoriais e redes não-hierárquicas cujos elementos (“locais” ou “nós”) continuam as cidades como as conhecemos.

Esse debate mostra como uma possível urbanização completa da sociedade – no sentido da acima mencionada sociedade urbana num sentido lefebvriano - não pode ser compreendida dentro do contexto dessas controvérsias sobre “sprawl”, “rural/urban divide”, hierarquia

urbana etc. Um aprofundamento tanto conceitual como empírico torna-se necessário para compreender o significado dessas transformações em torno das metrópoles.

Por causa das limitações do atual texto, não é possível apresentar aqui fenômenos específicos das mudanças em áreas peri-metropolitanas que, como vimos antes, precisam ser estudadas como indispensável contribuição para a compreensão das totalidades dos processos (vide os textos já citados anteriormente sobre a metrópole do Rio de Janeiro. Há bibliografia semelhante também sobre outras regiões metropolitanas no Brasil). Aproveitamos o exíguo espaço para voltar à rápida discussão no início do atual ensaio sobre os fundamentos conceituais que orientam as investigações sobre esses limites, franjas ou fronteiras do progresso da urbanização e o advento de uma nova organização territorial do espaço que pode dar origem a uma “sociedade urbana”.

Como já indicado no início do raciocínio aqui desenvolvido, Lefebvre imaginava, nas suas proposições há 40 anos atrás, que as transformações sociais e espaciais levariam a uma nova sociedade que irá sobrepor-se à atual cujo espaço social foi dominado pelas cidades industriais – se bem não totalmente determinado. Antes do Lefebvre, Wirth (1979, p. 91) já tinha observado em 1938 que “.. a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos”;

Estamos falando da hipótese que é a peça fundamental de toda a elaboração do raciocínio do autor acerca da “revolução urbana”: a *urbanização completa da sociedade*; “urbanização completa” que terá implicações profundas na organização do espaço social na medida em que produzirá novas escalas e articulações territoriais (“regionais”). “Esta hipótese implica uma definição. Denominaremos ‘sociedade urbana’ a sociedade que resulta da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real” (Lefebvre 1999, 15)

Ela é uma sociedade que nasce da industrialização; nas palavras de Lefebvre, ela “só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual *explodem* as antigas formas urbanas, herdadas de transformações *descontínuas*” (sic!!) – não sendo, assim, um produto nem orgânico, nem continuado e nem evolutivo das antigas formas urbanas. Essa sociedade urbana por si também é um objeto virtual, um objeto possível, do qual Lefebvre quer mostrar o nascimento e o desenvolvimento relacionado-os a um processo e uma praxis (ação social) (LEFEBVRE 1999, 16). Mas é um objeto que, ao mesmo tempo, já se anuncia com as transformações que se nota no meio rural, na expansão do tecido urbano e na explosão das grandes cidades; na transformação de cidades pequenas e médias e, como dizemos, nas fronteiras da expansão da metrópole.

Na era do urbano – e de um “novo regional” podemos adicionar - que segue à era industrial “relativiza-se o que passava por absoluto: a razão, a história, o Estado, o homem”

(LEFEBVRE 1999, 44). E segue o autor:

“O pensamento urbanístico (não estamos dizendo: o urbanismo), isto é, a reflexão acerca da sociedade urbana, reúne os dados estabelecidos e separados pela história. Sua fonte, sua origem, seu ponto forte não se encontram mais na empresa. Ele não pode colocar-se senão do ponto do encontro, da simultaneidade, da reunião, ou seja, dos traços específicos da forma urbana. Ele recupera os conceitos centrais da realidade anterior para restituí-los num contexto ampliado: formas, funções, estruturas urbanas. O que se constitui é um espaço-tempo renovado, topologia distinta do espaço-tempo agrário (cíclico; que justapõe as particularidades locais), como do espaço-tempo industrial (que tende a homogeneidade, para a unidade racional e planificada das coações). O espaço-tempo urbano, desde que não seja mais definido pela racionalidade industrial – por seu projeto de homogeneidade – aparece como diferencial: cada lugar e cada momento não tendo existência senão num conjunto, pelos contrastes e oposições que o vinculam aos outros lugares e momentos, distinguindo-o.” (LEFEBVRE 1999, 44-45).

Portanto, metodologicamente falando, é preciso atentar aos *sinais* de modificações profundas dessa forma urbana (sua mutação; Randolph 2000). Com isto, não é suficiente abordar questões que são restritas a mudanças intra-urbanas. Até há pouco tempo os estudos davam maior atenção a modificações intra-urbanas de re-urbanização, revitalização e gentrificação, construção de condomínios fechados com seus próprios sistemas de vigilância dentro ou na franja das cidades e ao aprofundamento de outras formas de segregação social – inclusive o aumento de pobreza urbana (favelas). Agora, na forma urbana interferem cada vez mais processos que ultrapassam as cidades e provocam alterações profundas nas relações inter-urbanas como aqueles de desconcentração (e reconcentração seletiva) de instalações de produção e de lugares de trabalho e residências da população (contra-urbanização) sob distâncias mais longas.

Para finalizar essa reflexão necessariamente provisória, propomos aqui um caminho de investigação que procura identificar nas transformações recentes uma diferença qualitativa em relação ao espaço social anterior. Este novo espaço não se apoiará fundamental e predominantemente – como aconteceu no período anterior das cidades industriais – nas cidades; mas em uma articulação mais complexa que poderia ser imaginado, em primeira aproximação, como cidades-regiões ou cidades-redes como suporte para uma *sociedade urbana universal* (Lefebvre 1969a). É aqui que a questão da “fronteira” da metrópole assumirá a sua importância na medida em que pode apresentar características e uma natureza bastante distintas daquelas como as conhecemos hoje.

Bibliografia

- AUDIRAC, I. Unsettled views about the fringe: rural-urban or urban-rural frontiers? In: O Furuseh and M. Lapping (Eds.) **Contested countryside: the rural urban fringe in North America**. Aldershot, England: Asgate Publ. Ltda, 1999, pp. 7-32
- BEALE, C., KASSEL, K... **Perspectives on Rural Population**. Presentation to Brookings Institution Metropolitan Policy Program, Washington, May 26, 2005
- BERUBE, A. et alii. **Finding exurbia: America's fast growing communities at the metropolitan fringe**. The Brookings Institution, october, 2006
- BILUMENFELD, H.. Metropolis Extended: Secular Changes in Settlement Patterns. **Journal of the American Planning Association** 52, 1986: 346–348.
- BLOCH, R. **The metropolis inverted: the rise and shift to the periphery and the remaking of the contemporary city**. Los Angeles: unoblISHED doctoral dissertation in Urban Planning, UCLA, 1994
- BROWNSTEIN, R., RAINEY, R.. GOP Plants Flag on New Voting Frontier. **Los Angeles Times**, November 22, 2004, p. 1.
- CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de muros. Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, Editora 34, 2000
- CAPEL, H. Redes, chabolas y rascacielos. Las transformaciones físicas y la planificación em las áreas metropolitanas, 2002
- CLARK, J., et alii. **Exurban Settlement Pattern and the Exurban Condition: A Typology of U.S. Metropolitan Areas**. Paper presented at the 53rd Annual North American Meetings of the Regional Science Association International, Toronto, CA. 2006
- DANIELS, T. **When city and countryside collide. Managing growth in the metropolitan fringe**. Washington, DC: Island Press, 1998, 363 p.
- DAVIS, J. S., NELSON, A. C. . The New 'Burbs: The Exurbs and their Implications for Planning Policy. **Journal of the American Planning Association** 60 (1) 1994: 45–59.
- EVANS, S., MABBIT, R. Redefing the urban fringe. **Town and Country Planning** 66 (2) 1997, pp. 56-57
- FISHMAN, R. Bourgeois utopias: visions of suburbia. In: FAINSTAIN, S., CAMPBELL, S. (eds.) **Readings in urban theory**. Oxford: Blackwell, 1996, pp. 23-60
- FISHMAN, R.. **Bourgeois utopias: The rise and fall of suburbia**. New York: Basic Books, 1987
- FULTON, W. **The new urbanism: hope or hype for americam communities**. Cambridge, Mass.: Lincoln Institute of Land Policy, 1996.

- GALSTER, G. et alii Wrestling sprawl to the ground: defining and measuring an elusive concept. **Housing Policy Debate** 12 (4) 2001, 681-717
- GARREAU, J. **Edge city: Life on the new frontier**. New York: Doubleday, 1991
- GERSH, M.. Battlefield Erosion. **Blueprint Magazine**, December 13, 2004
- HERINGTON, J. **The outer city**. London: Harper and Row, 1984
- HRABCHAK, J. M. **The interests of landowners on the metropolitan fringe**. Theses PhD., Department of Urban Studies and Planning, Massachusetts Institute of Tecnology, Cambridge, Mass, 2005
- IRWIN, E., REEC, J.. **Urbanization Trends in Ohio: Tracking Ohio's Urban Growth and Land Use Change**. College of Food, Agricultural, and Environmental Sciences, Ohio State University., 2002 - (<http://aede.osu.edu/programs/exurbs/reportex4.htm> [December 2005]).
- JACKSON, K. **Crabgrass frontier: The suburbanization of the United States**. New York: Oxford University Press, 1985.
- KATZ, P. **The new urbanism towards na architecture of community**. New York: McGraw Hill, 1994
- KELLY, B., ed.. **Suburbia re-examined**. New York: Greenwood Publisher, 1989
- LAMB, R. The Extent and Form of Exurban Sprawl. **Growth and Change**, January 1983, 40–47.
- LANG, R., DHAVALE, D.. **The 2005 Governor's Race: A Geographic Analysis of the 'Four Virginias.'** Alexandria, VA: Metropolitan Institute at Virginia Tech, 2005
- LANG, R., SANCHEZ, Th. **The New Metro Politics: Interpreting Recent Presidential Elections Using a County-Based Regional Typology**. Alexandria, VA: Metropolitan Institute at Virginia Tech, 2006
- LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 1999
- LESSINGER, J The Emerging Region of Opportunity. **American Demographics** (June) 1987, 32–66.
- MARQUES, E., BITAR, S. Espaço e grupos sociais na metrópole paulistana. **Novos Estudos CEBRAP**, 2004, 64
- MELTZER, J. **Metropolis to metroplex: the social and spatial planning of cities**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1984
- MONTE-MÓR, R. L. Outras fronteiras: novas espacialidades na urbanização brasileira. Castriota, Leonardo B. (org.) **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte:

C/Arte, 2003, 260-271

NELSON, A. C., SANCHEZ, W. TH. Exurban and Suburban Households: A Departure from Traditional Location Theory? **Journal of Housing Research** 8 (2)1997: 249–276.

NELSON, A. C., SANCHEZ, W. TH. **The Effectiveness of Urban Containment Regimes in Reducing Exurban Sprawl**. *DISP*, 2005, 160: 42–47.

NELSON, A. C.. Characterizing Exurbia. **Journal of Planning Literature** 6 (4) 1992: 350–368.

PEREIRA DE QUEIROZ, M.I. Do rural e do urbano no Brasil. In: PEREIRA DE QUEIROZ, M.I., **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana no Brasil**. Rio de Janeiro, São Paulo: Livros Técnicos e Científicos, EdUSP, 1978, pp. 46-67

RANDOLPH, R. **Utopia burguesa ou revolução urbana? - Transformações da organização territorial e novas formas urbanas em áreas peri-metropolitanas do Rio de Janeiro**. In: Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR, Salvador, Bahia: ANPUR, 2005

RANDOLPH, R. **Movimentos permanentes e movimento pendular entre a metrópole do Rio de Janeiro e municípios fora de sua região metropolitana em 2000: características etárias, de instrução, renda e ocupação profissional das populações envolvidas**. In: Anais do XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG – Brasil, 20 a 24 de set., ABEP 2010a

RANDOLPH, R. **Reflexões preliminares sobre “urban fringe” e fronteiras de expansão ao redor das metrópoles: caminhos para a sociedade urbana?** In: Anais do XI Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. Vitória/ES; Brasil, 5 a 8 out. ANPUR 2010b

RANDOLPH, R., ARAUJO JR, A. C., OTONI, F. **Urbanização e mobilidade: a diversidade do movimento pendular entre a metrópole do Rio de Janeiro e sua área peri-metropolitana em 2000**. In: Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu-MG-Brasil, 29.9. a 3.10; ABEP 2008

RANDOLPH, R., GOMES, P.H.O. **Expansão da metrópole e áreas peri-metropolitanas: continuidade ou ruptura? O contexto de uma investigação do entorno do Rio de Janeiro**. In: Anais do XII Encontro Nacional da ANPUR, Belém: ANPUR, 2007a

RANDOLPH, R., GOMES, P.H.O. Mobilidade e Expansão da Metrópole para Áreas Peri-Metropolitanas - Investigando o Caso do Rio de Janeiro no Contexto Brasileiro. Rio de Janeiro: **Cadernos Metrópole**, no. 17, 2007b

RANDOLPH, R., GOMES, P.H.O. **Difusas Periferias Metropolitanas e o Surgimento de Novas regionalizações. O caso da área peri-metropolitana do Rio de Janeiro**. Trabalho

apresentado no V Encontro da ANPEGE, Niterói: ANPEGE, 2007c

RANDOLPH, R., GOMES, P.H.O. **Urbanização, movimento pendular e migração: surgem novas territorialidades em áreas peri-metropolitanas? O caso do Rio de Janeiro.** Anais do V Encontro Nacional sobre Migração, UNICAMP, Campinas (out). 2007d

RANDOLPH, R., LOPES, L. **Urbanização fechada em áreas metropolitana e peri-metropolitana: comparação da segregação sócio-espacial entre condomínios fechados dentro e fora da região metropolitana do Rio de Janeiro.** In: Anais do 30º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu/MG, 24 a 28 de outubro 2006

SOJA, E., **Postmetropolis. Critical studies of cities and regions.** Oxford, Malden: Blackwell, 2000

SPECTORSKY, A.C.. **The Exurbanites.** Philadelphia: J.B. Lippincott Company 1955

TEAFORD, J. C. **Post-suburbia: Government and politics in the edge cities.** Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997

TEIXEIRA, R.. "More on Exurbia." 2005, (www.emergingdemocraticmajorityweblog.com/donkeyrising/archives/001007.php [December 2005]).

TEIXEIRA, R.. **The Spatial Distribution of Bush's Vote Gains.** 2004 (www.emergingdemocraticmajorityweblog.com/donkeyrising/archives/000942.php [December 2005]).

THEOBALD, D. Land-Use Dynamics Beyond the American Urban Fringe. **Geographical Review**, 91 (3): 2001, 544–564.

TORRES, H. G. **Fronteira paulista.** Anais do XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambu: ABEP, 2004

VELHO, O. **Capitalismo autoritário e campesinato.** São Paulo: Difel, 1976

WOLMAN, H. The Fundamental Challenge in Measuring Sprawl: Which Land Should Be Considered? **The Professional Geographer**, 57, 2005, (1): 94–105